



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO/JC

## Amazônia, terra sem dono

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG, foto), é a primeira autoridade, presidente de um poder, o Legislativo, que fala de forma clara, sem rodeios, sobre o que realmente está acontecendo no Vale do Javari, na Amazônia.

### Estado paralelo

“É uma ofensa gravíssima às instituições e, nós do Senado Federal, não podemos tolerar essas atrocidades. É um Estado paralelo, comandado pelo crime organizado de tráfico de drogas transacional na fronteira com o Peru e com outros países”, denunciou o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. O senador afirmou que “há, naquela região, tráfico de armas, supressão vegetal ilegal, o famoso desmatamento ilegal, nosso maior problema de meio ambiente no País e de imagem do Brasil lá fora, desmatamento ilegal, marginal, contra a lei”.

### Atentados aos povos da floresta

Em seu balanço de ilegalidades na Amazônia, Rodrigo Pacheco citou também o garimpo ilegal que “move, inclusive, pequenas organizações que se valem daquelas riquezas, e os atentados aos povos da floresta e aos povos indígenas”. Pacheco cobrou providências do governo e anunciou que o Senado está fazendo sua parte.

### Parlamento se posiciona

O Parlamento está fazendo o que o governo federal já deveria ter feito e não fez. É a postura que os brasileiros esperavam que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tomasse, mas não tomou. O que presidente da República falou sobre o caso do desaparecimento do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira foi que “entraram em zona perigosa, sem escolta”. Em vez de querer culpar as vítimas, o atual ocupante do Palácio do Planalto, deveria admitir o desastre de uma terra sem lei na Amazônia, em território brasileiro, e anunciar as providências que estariam sendo tomadas, em definitivo, para mudar essa situação catastrófica, comprometedor e desumana. Até no resultado do trabalho que vem sendo realizado na Amazônia, em busca de descobrir o que aconteceu com o jornalista britânico e o indigenista, o governo consegue criar fake news. E acaba atormentando a família dos desaparecidos e deixando perplexa a população mundial, com informações desencontradas.

# Desaparecimento de Bruno e Dom será apurado no Senado

Criação da comissão foi requerida pelo senador Randolfe Rodrigues

### / INVESTIGAÇÃO

O Senado aprovou, na sessão de segunda-feira, a criação de uma Comissão Temporária Externa para acompanhar as investigações do desaparecimento do jornalista Dom Phillips, correspondente do jornal britânico The Guardian, e do indigenista Bruno Araújo Pereira, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os dois estão desaparecidos desde 5 de junho na região da reserva indígena do Vale do Javari, a segunda maior do país, com mais de 8,5 milhões de hectares.

O pedido de criação da comissão foi feito pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo ele, a região está entregue a organizações criminosas de garimpo ilegal, de extração ilegal de madeira e também do narcotráfico. “E são essas organizações criminosas no Vale do Javari, contra as quais Dom Phillips, Bruno Pereira e os povos indígenas lutavam”, argumentou o senador.

O grupo será formado por três integrantes da Comissão de Direitos Humanos, três da Comissão de Meio Ambiente e três da Comissão de Constituição e Justiça. Segundo Randolfe, o objetivo é ir até o Vale

do Javari, apurar as causas do desaparecimento e investigar o aumento da criminalidade na Amazônia, considerado por ele uma das causas do desaparecimento do jornalista e do indigenista. O colegiado deverá atuar por 60 dias.

Durante a sessão, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) propôs aguardar mais alguns dias antes de criar a comissão. Para ele, pode ser questão de dias o desfecho do caso, com a localização de Dom e Bruno. Pacheco, no entanto, manteve a votação do requerimento de Randolfe. O presidente do Senado entendeu que a missão da comissão externa vai além. O colegiado deverá se debruçar sobre as atividades criminosas praticadas naquela região.

“Eu considero que a criação da comissão externa, além da questão do desaparecimento e do eventual desfecho trágico em relação ao indigenista Bruno Araújo e ao jornalista Dom Phillips, é aquilo que disse no começo desta sessão: existe uma situação hoje, no Estado do Amazonas e em outros estados, onde há a Floresta Amazônica, de crime organizado, tráfico de drogas, tráfico de armas, desmatamento ilegal, extração de madeira ilegalmente, pesca ilegal,

garimpo ilegal”.

No início da sessão, Pacheco fez uma longa fala sobre o caso, lamentando o ocorrido. “Nós não queremos precipitar o que de fato aconteceu com o Bruno Pereira e com o Dom Phillips, mas, caso se confirme o fato de terem sido eventualmente assassinados, é uma situação das mais graves do Brasil”. Ele afirmou que o Senado tem o dever de reagir ao que tem ocorrido na Amazônia.

“Portanto, de fato, não por esse acontecimento apenas, mas por todo o contexto de um estado paralelo que se impõe num lugar em que infelizmente o Estado brasileiro não consegue preencher suficientemente, isso é motivo de alerta e de reação do Senado”.

Pacheco também exaltou o trabalho de Bruno Pereira como servidor da Funai, no combate às ilegalidades praticadas em terras indígenas.

“Segundo se sabe, o Bruno Araújo Pereira, servidor da Funai, vinha denunciando uma série de irregularidades, de crimes praticados naquela região, de atentados a povos indígenas, de descumprimento da lei, de um estado paralelo ali implantado e que vinha então sendo denunciado por ele”.

## Entidade indígena leva caso Tribunal Penal Internacional

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) levou o desaparecimento do indigenista licenciado da Funai Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do The Guardian, ao Tribunal Penal Internacional. A apuração é da Folhapress.

A entidade enviou ontem uma manifestação para atualizar a denúncia já feita contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) - e citou o caso

da dupla que foi vista pela última vez no dia 5, quando transitava pelo Vale do Javari rumo à cidade de Atalaia do Norte (AM).

No documento, a entidade diz que “a omissão estatal na realização das buscas e a possível ocorrência de um crime são efeitos da política anti-indígena de Bolsonaro”.

Em agosto de 2021, a Apib apresentou uma denúncia contra o chefe do Executivo à corte de Haia,

na Holanda, acusando-o de genocídio por causa da morte de 1.162 indígenas no período de pandemia.

Agora, a entidade acrescenta mais três denúncias contra Bolsonaro, ocorridas entre janeiro e maio deste ano. Além do desaparecimento, a entidade alega que foi um período marcado pela “ampliação significativa da atividade garimpeira na Terra Indígena Yanomami”, a maior do Brasil.

## Centrão faz PEC que anula decisões não unânimes do STF

### / CONGRESSO NACIONAL

A cúpula do Centrão pôs no papel uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite aos deputados e aos senadores anularem decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), prerrogativa que o Legislativo não tem hoje. O texto ao qual o jornal O Estado de S.

Paulo teve acesso dá ao Congresso o poder de revogar julgamentos da mais alta corte do País sempre que a decisão judicial não for unânime e houver uma alegada extrapolção dos “limites constitucionais”.

A intenção é reverter julgamentos que tenham derrubado leis aprovadas no Congresso ou contrariado bancadas. Os parlamentares

poderiam também revisar decisões tomadas pelo STF em temas que não são consenso no Legislativo, como a definição sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a criminalização da homofobia. Ambos os casos são citados pelos políticos defensores da PEC como parte do que consideram um “ativismo judicial” do STF.

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade